

A construção de um problema de saúde pública no Brasil da década de 1930 em torno do *Anopheles gambiae*

The construction of a public health problem in Brazil in the 1930s around *Anopheles gambiae*

La construcción de un problema de salud pública en Brasil en los años 30 en torno al *Anopheles gambiae*

Bráulio Silva Chaves*

O livro de Gabriel Lopes, *O Feroz Mosquito africano no Brasil*, faz um trabalho de investigação histórica minucioso sobre eventos da década de 1930 que marcam a construção de um problema de saúde pública em torno do *Anopheles gambiae*. Por meio de uma acurada e diversificada investigação arquivística, o autor se dedica a reconstituir e a analisar dois momentos em torno do vetor transmissor da malária: o primeiro deles corresponde ao primeiro surto, entre 1930-1932, no Rio Grande do Norte; o segundo, entre 1938-1940, de impactos maiores e que atinge também o estado do Ceará, exigindo mobilizações em vários campos. Dois pontos chamam atenção no percurso da análise. O primeiro deles é a particularidade da obra em olhar com lentes ampliadas a trajetória do vetor, o *Anopheles gambiae*. Este recorte não é trivial e tem importância nas escolhas do livro, empíricas e teóricas, e uma “inversão” que está em afinidade e comprometida com a própria historicidade da malária. O segundo se refere ao hiato que acontece do primeiro ao segundo surto. Período que é cuidadosamente abordado, evidenciando um movimento de prospecção dos sujeitos e da própria história que está sendo tecida. O silêncio é redimensionado em termos materiais e simbólicos, pois nele reside a gênese de diversas ações postas em prática a partir de 1938.

Nesse sentido, dentro das diferentes contribuições que Lopes cita na apresentação do livro, destaco dois referenciais teóricos: o do epistemólogo polonês Ludwik Fleck (1896-1961) e o do historiador das ciências brasileiro Carlos Alvarez Maia, falecido precocemente em 2019. Fleck, em seu *Gênese e desenvolvimento de um fato científico* (2010) publicado originalmente na década de 1930, marca uma valiosa contribuição para a história das ciências ao historicizar a sífilis e, de forma muito original, entendê-la dentro de um construto envolvido em

condicionantes variados, um olhar que recorre ao passado para buscar o caminho de um processo de sedimentação que perpassa a religião, os aspectos morais, as mobilizações de cientistas em torno da reação de Wassermann como primeiro método laboratorial para o diagnóstico da doença. Maia fez um esforço salutar para tentar romper os dilemas entre o realismo e o relativismo que percorrem a história da ciência, uma guerra nos estudos científicos que aparenta, muitas vezes, ser insuperável (MAIA, 2015). Para isso, aproxima sujeitos e objetos na história via agenciamentos materiais recíprocos, mas sem cair em simetrias generalizadas e inócuas, defrontando-se com o fato que “não há um vácuo onde flutuariam sujeito e objeto, há um oceano histórico que os embebe” (MAIA, 2011, p. 16).

Os referenciais contribuem para que se compreenda esse lugar de centralidade do *Anopheles gambiae*, que se faz emanar das próprias fontes e diversas mobilizações dos sujeitos. E, mesmo nos silenciamentos, há componentes que serão partilhados posteriormente, em um emaranhado lógico em que a pesquisa científica é entendida no tempo longo.

No capítulo 1, “Um estrangeiro no Potengi”, Lopes vai ao encontro desses sedimentos históricos, abordando a chegada do *Anopheles gambiae* em Natal e a sua expulsão em 1932. Um momento em que fica nítido o papel da Fundação Rockefeller e de suas articulações com os poderes locais. Um de seus quadros, Raymond Shannon, teria feito o reconhecimento do que seria a provável chegada do vetor. Na análise, evidencia-se que “uma conjunção inseparável de fatores políticos e ecossistêmicos foram fundamentais para a chegada e proliferação do mosquito no Brasil” (LOPES, 2020, p. 28). É instigante ver como a ação antrópica acompanhada de processos de modernização dos sistemas transportes foram ponto de atenção, em razão da migração do vetor pelos territórios. Transportes hidroviários se juntam às inovações aceleradas do sistema aeroviário, campo fulcral de muitas abordagens que temiam a propagação de doenças. As rotas transatlânticas e as inúmeras possibilidades de chegada do “feroz mosquito” passaram, assim, a preocupar.

O encontro entre Shannon e o vetor, próximo ao Rio Potengi, “fora do horário de trabalho”, é um encontro material e simbólico, pois nos enlaces de Lopes seria o início de uma decodificação que propulsiona uma série de práticas envolvendo o estado do Rio Grande Norte e seu governador Juvenal Lamartine de Faria, além de disputas na ciência e um processo de reconfiguração da própria instituição, a Fundação Rockefeller, elemento fundamental dessa história. Lopes faz um percurso narrativo sobre a busca da identificação do “perigoso” vetor, recuperando também outros relatos. Por meio de uma escrita atraente, o evento de 1930 é redimensionado a partir de artigos, relatórios e relatos científicos. O artigo científico extrapola um sentido restrito de circulação exclusivamente intrapares, ganhando amplitude como *corpus*,

ao encadear e visibilizar a afetação entre vetores, cientistas e agentes da política. Esmiuçar um evento de aparente temporalidade pequena é perceber uma complexa rede de interdependência.

Outra articulação importante envolve Fred Soper/Fundação Rockefeller, os mosquitos e a aproximação junto ao governo Getúlio Vargas. Soper (1893-1977) é, aliás, figura fundamental pelo seu grau de importância e envolvimento nas campanhas contra a febre amarela e a malária, tendo chefiado o Serviço Cooperativo da Febre Amarela (SCFA), em 1930, e o Serviço de Malária do Nordeste (SMNE), em 1939, dois braços promotores de configurações institucionais basilares na análise. Apesar da dita expulsão do vetor no primeiro momento, em abril de 1932, ele não foi visto como uma ameaça nacional ou como um sério problema de saúde pública, mas é parte da composição em torno disso.

Para o período de 1932 a 1938, objeto do capítulo 2, “Traços da infestação silenciosa”, Lopes fez do silêncio e das lacunas nas fontes um lugar para a curiosidade histórica por meio da trajetória do próprio vetor. Ele evidencia elementos subjacentes e promove a interface entre a história da ciência e a história ambiental.

A instabilidade das ideias científicas e algumas incongruências no meio do caminho são reposicionadas. Como quando o autor discorre sobre a importância da monografia da entomóloga britânica Alwen Myfanwy Evans (1895-1937) e fala de um “vocabulário em amadurecimento” para explicar o que a cientista chama de inconsistências sobre a nomenclatura a respeito das condições geográficas e sua relação com a reprodução do vetor. Há sensibilidade para perceber as dimensões da linguagem e a formação de um léxico que envolve um fato científico. Partilhar um fato é também um ato sociolinguístico e isso se reforça quando o autor aponta a importância do termo *pool* (poça) para entender as localidades que favorecem a reprodução do *Anopheles gambiae*. Assim, a análise também nos ajuda a perceber que a linguagem identifica entomólogos, malariologistas, instituições e ajuda a compor um *ethos*.

O período silencioso trouxe outros dispositivos fundamentais, como o papel das análises histopatológicas, levantamentos aerofotogramétricos, implicando no fato que a epidemia de 1938 “levou forçosamente a uma necessidade de retrospectiva” (LOPES, 2020, p. 92).

Os estudos são partes dos sedimentos que tornam possível produzir, grau a grau, o que o autor chama de um “projeto de efeito de demonstração, a partir da sua erradicação”. Tal efeito é o que provocará o empenho político e mesmo reconfigurações instrucionais, ambos municiados por um apelo público intensificado pelas péssimas condições de vida das pessoas expostas às doenças, aos vetores e aos serviços precários de saúde.

O “efeito demonstração” significa legitimidade simbólica para os pesquisadores e também materialidade na forma de recursos e infraestrutura.

No capítulo 3, “Efeito de demonstração articulado”, delinea-se a atuação da Fundação Rockefeller após a era silenciosa e como a centralidade do vetor possibilitou colocar em prática o princípio de erradicação. O que indica, novamente, a necessidade de se operar com o passado, justificando o recuo que o autor faz às primeiras décadas do século XX, deparando-se com Carlos Chagas, Belisário Penna, expedições científicas na década de 1910, a Liga Pró-Saneamento de 1918, o dilema do sertão e do Brasil doente como um “vasto hospital”, o papel das doenças tropicais na formação de coletivos e nos enquadramentos epistêmicos das ciências da saúde. Foi possível encontrar o lugar da ideia de modernização e como ela se torna importante para a malária e outras doenças.

A partir das nuances históricas são intercalados condicionantes locais, regionais, nacionais e internacionais. O que indicou que há uma forte diferença entre 1931-1932 e o novo surto de 1938. E tal distinção não se deveu exclusivamente pelo aumento de casos e nível de abrangência maior, mas por processos históricos que entrelaçam a ciência, saúde pública e política. O trabalho ganha relevo, assim, por decodificar um fato científico, designado pelo *Anopheles gambiae* e sua condição como inimigo em várias escalas, mas por demonstrar a partir de condicionantes regionais como se constitui um problema de saúde pública, a quantidade de percalços que envolve os grupos de especialistas, figuras da política e o grande público.

A Fundação Rockefeller, via Divisão Sanitária Internacional (DSI), sua “filantropia científica” e o papel das pesquisas são destacados na colaboração junto aos países e na formação de uma rede transnacional. A partir das experiências no sul dos Estados Unidos em relação à ancilostomose, é exportada a ideia de que a pesquisa é ponto fundamental para uma “batalha de publicidade”. Assim, Lopes busca romper com dicotomias e ambivalências, como as expressas na visão redentora *versus* visão neocolonialista, para refletir em que medida a DSI atua na fronteira entre a perspectiva da erradicação como finalidade e da demonstração científica como estratégia de mobilização de amplos setores, de dentro e fora da ciência. Por esse caminho, foram possíveis as articulações com outras estruturas institucionais, como a do próprio Serviço de Malária do Nordeste (SMNE), no final da década de 1930.

O grau de aderência ao “efeito de demonstração” fica mais nítido com os enlaces que se dão até 1940, quando os registros teriam respaldado a eliminação do vetor. No quarto e último capítulo, “Desfecho antecipado”, esse ponto é tratado, mas sem perder de vista os componentes de disputas que rondam esse epílogo provisório. As controvérsias dão ao capítulo um lugar de destaque na obra, tornando a leitura instigante. Herdando a estrutura SCFA, o

SMNE vai se transformando em um serviço antigambiae. Figuras como João de Barros Barreto, diretor do Departamento Nacional de Saúde, e Evandro Chagas e seu Serviço de Estudos de Grandes Endemias (SEGE), uma divisão no interior do Instituto Oswaldo Cruz, entram em cena para movimentar um capital científico considerável a partir de suas trajetórias, filiações institucionais e familiares. Evandro, filho de Carlos Chagas, estava empenhado em fazer valer algumas metodologias que haviam sido postuladas por seu pai. Barros Barreto vinha com um aparato robusto em torno das articulações políticas e institucionais do período. Nessa disputa cheia de episódios de desavenças, interferências do SMNE no SEGE, momentos em que os relatos indicam que houve “alteração bastante séria e violenta”, sobressai uma sensível derrota de Evandro Chagas. O que também demonstrou a reunião de forças ao longo do tempo nas contingências locais, com a política, a Fundação Rockefeller e o SMNE. As disputas em torno do SMNE envolveram a centralidade em torno do *Anopheles gambiae*, certo poder de fala sobre ele: sua forma de erradicação, a possibilidade de também se construir uma agenda de pesquisas em torno dele e de legitimação de espaços institucionais.

Os relatos finais sobre o verde-paris e seu uso massivo indicam o quanto um sistema de crenças em torno das doenças transmitidas por vetores teve na malária e no *Anopheles gambiae* dos anos 1930 um momento importante para a sua construção e o lugar do Brasil e do nordeste brasileiro nessa história que ganharia contornos transnacionais. Nesse sistema de crenças, prevalece a perspectiva da visão da erradicação medicamentosa e que ganharia amplas dimensões nas décadas seguintes com o DDT.

Por meio de uma pesquisa histórica consistente, as gradações e escalas da análise contribuem para que o leitor consiga inter-relacionar fatores microssociais e os macrossociais, como a agenda da saúde nacional e o papel das agências internacionais. Faço destaque para o fato que o livro contribui para se pensar numa espécie de “regime vetorial” para certas doenças, pois ele condicionaria uma forma de pensar que implica em mobilizações na ciência e nas políticas públicas, em um construto que se perfaz e necessita do tempo, em que os vetores são posicionados nele, a partir de relações geográficas, ambientais e das mutações humanas. Nos entrelaçamentos, Lopes colabora de forma muito efetiva para a percepção da historicidade dos vetores.

Referências

FLECK, L. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

LOPES, G. *O Feroz Mosquito africano no Brasil: o Anopheles gambiae* entre o silêncio e a sua erradicação (1930-1940). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2020.

MAIA, C. A. *História, ciência e linguagem: o dilema relativismo-realismo*. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2015.

MAIA, C. A. História, verdade e linguagem: a historicidade das ciências. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, ago.-dez., 2011. (Entrevista).

Recebido: 12/07/2021

Aceito: 18/07/2021

Publicado: 01/09/2021

* Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Pós-doutorando no Instituto René Rachou, Fiocruz Minas – Belo Horizonte, MG, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4364-5944>. E-mail: braulio@cefetmg.br.

